



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **EDITAL**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 013/2026**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GANDU/BA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU/BA**

### **OBJETO**

Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia a fim de executar estudos e elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação asfáltica e drenagem da estrada vicinal que liga a sede do Município de Gandu/BA ao Distrito/Povoado de Água Preta; conforme projetos, especificações técnicas e normas vigentes.

### **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 411.482,90 (quatrocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos)

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia 29/07/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Técnica e Preço

### **MODO DE DISPUTA:**

Fechado

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS**  
**SIM**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM**  
**NÃO**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU

ESTADO DA BAHIA

## Sumário

1. DO OBJETO .....	5
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	5
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	7
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	20
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	22
10. DOS RECURSOS.....	23
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	23
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	26
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	26
1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Classificação do objeto quanto ao modelo de execução .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Prazo de vigência.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Sustentabilidade .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Subcontratação.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Garantia da contratação.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Vistoria .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Condições de execução .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Especificação da garantia do serviço .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Preposto.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Rotinas de Fiscalização .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Fiscalização Técnica .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Fiscalização Administrativa.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Gestor do Contrato.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Recebimento.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Liquidação.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Prazo de pagamento.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Forma de pagamento .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Reajuste.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Regime de Execução .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Critérios de aceitabilidade de preços .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Exigências de habilitação .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Habilitação jurídica.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Habilitação fiscal, social e trabalhista.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Qualificação Econômico-Financeira.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Qualificação Técnica .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Qualificação Técnico-Operacional.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Qualificação Técnico-Profissional .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Disposições gerais sobre habilitação .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Documentação complementar para cooperativas .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
12. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO .....	49
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO .....	50
3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.....	50
4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO.....	51
5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO.....	51
6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO .....	51
7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE .....	51
8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.....	51
9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO .....	53
10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.....	57
11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.....	58
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	58
13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	58



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES .....	59
15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	60
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS.....	60
17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO .....	60
18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO .....	60
<b>ANEXO IV .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>PLANILHA ORÇAMENTO ESTIMATIVO .....</b>	<b>62</b>
<b>LINK:.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b><a href="https://drive.google.com/drive/folders/1aJt6JGrJUwA8QKN_66q4LxFuN1GCTPX-?usp=drive_link">https://drive.google.com/drive/folders/1aJt6JGrJUwA8QKN_66q4LxFuN1GCTPX- ?usp=drive_link</a> .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>ANEXO VI .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b><a href="https://drive.google.com/drive/folders/1aJt6JGrJUwA8QKN_66q4LxFuN1GCTPX-?usp=drive_link">https://drive.google.com/drive/folders/1aJt6JGrJUwA8QKN_66q4LxFuN1GCTPX- ?usp=drive_link</a> .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>MODELO DE CREDENCIAL/PROCURAÇÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXO VIII.....</b>	<b>65</b>
<b>QUADRO DE COMPOSIÇÃO DE BDI .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>LINK .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b><a href="https://drive.google.com/drive/folders/1aJt6JGrJUwA8QKN_66q4LxFuN1GCTPX-?usp=drive_link">https://drive.google.com/drive/folders/1aJt6JGrJUwA8QKN_66q4LxFuN1GCTPX- ?usp=drive_link</a> .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>DECLARAÇÃO DE VISITA .....</b>	<b>67</b>
<b>MODELO - DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS.....</b>	<b>68</b>
<b>LINK.....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **EDITAL**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2026.**  
(Processo Administrativo nº 106/2026)

Torna-se público que o Município de Gandu, por meio do setor de licitações e contratos, sediado na Rua Manoel Libânio da Silva, 20, Bairro Centro, na cidade de Gandu/BA, CEP 45.450-000, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 009, de 13 de janeiro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia para elaboração de estudos e projeto executivo de engenharia para pavimentação asfáltica e drenagem da estrada vicinal que liga a sede do município de gandu/ba ao distrito/povoado de água preta, com extensão aproximada de 7,2 km, incluindo levantamentos topográficos, estudos geotécnicos, projeto geométrico, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, orçamento detalhado, memoriais, peças gráficas e demais elementos técnicos necessários à futura contratação e execução da obra, conforme termo de referência, estudo técnico preliminar, planilha orçamentária, especificações técnicas e normas vigentes. A licitação será realizada em item único, sob regime de empreitada por preço global.

1.2. *A licitação será realizada em item único, considerando a integração técnica dos estudos, levantamentos e projetos executivos, a necessidade de responsabilidade técnica una e a preservação da coerência entre as disciplinas de engenharia envolvidas.*

### **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.11 pessoas físicas.

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto no item 8.1.1 deste Edital.

4.3.1 Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

4.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

4.13. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 8.13.1.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, por meio do sistema eletrônico, contendo, no mínimo: a) metodologia de execução dos estudos e projetos; b) plano de trabalho e cronograma; c) indicação da equipe técnica mínima e respectivos registros profissionais; d) experiência técnico-operacional e técnico-profissional compatível com o objeto; e) relação dos equipamentos, softwares e recursos técnicos a serem utilizados; f) declaração de conhecimento das condições locais, mediante vistoria ou declaração técnica substitutiva; e g) demais documentos previstos no Termo de Referência e na matriz de pontuação técnica.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1 *Valor global da contratação, em moeda corrente nacional, conforme modelo de carta proposta e planilha orçamentária anexa, observando-se o valor máximo estimado pela Administração;*

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.13. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

5.14. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste Edital.

6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1 SICAF;

6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

6.9.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

6.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.11.1 Não se aplica dedicação exclusiva de mão de obra. Eventual equipe técnica indicada deverá observar a legislação profissional pertinente, especialmente CREA/CAU, ART/RRT e normas de segurança do trabalho aplicáveis;

6.12. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

6.13.1 contiverem vícios insanáveis;

6.13.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.13.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.13.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.13.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.14. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.15. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas **no Anexo I deste edital**.

6.16. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada.

6.17. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme matriz de pontuação constante do Termo de Referência, observando-se a experiência da empresa, a qualificação da equipe técnica, a metodologia proposta, o plano



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

de trabalho e a compatibilidade dos produtos técnicos ofertados com a complexidade do trecho Gandu - Água Preta.

6.17.1 *Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.*

6.18. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.19. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.19.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.19.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.20. *Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:*

6.20.1 *Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;*

6.20.2 *No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.20.3 *No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.*

6.21. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.22.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.22.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.22.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.22.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.25. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da proposta de preço do licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

6.26. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final dos licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 * NT + 30 * NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

6.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.2 e 6.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante.

6.28. Não será aplicada margem de preferência para o objeto desta contratação, sem prejuízo do tratamento favorecido previsto para ME/EPP quando legalmente cabível.

6.28.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

6.28.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.29.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência.

6.29.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.29.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.29.4 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.29.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.29.6 No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.29.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.30. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.30.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.30.1.1. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.30.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.30.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.30.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.30.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

6.30.2.2. empresas brasileiras;

6.30.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.30. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.31. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.32. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.32.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.32.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.33. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.34. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.35. Não será exigida amostra física, sem prejuízo da análise técnica da proposta, metodologia, equipe, atestados, documentos de responsabilidade técnica e demais elementos exigidos no edital e no Termo de Referência.

6.36. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.37. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.38. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.39. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.40. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.41. Não se trata de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra. Quando aplicável, a licitante deverá comprovar a regularidade profissional da equipe técnica indicada e a responsabilidade técnica pelos serviços de engenharia.

6.41.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

6.41.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

6.41.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

6.41.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.42. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

6.43. O agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

6.44. O agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 2, de 7 de fevereiro de 2023.

6.45. O agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

6.46. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.3 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1 conter vícios insanáveis;

7.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.8.6 apresentar preços unitários acima dos previstos no Orçamento estimativo do presente edital;

7.8.7 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8.8 Apresentar, na composição de seus preços:

7.8.9.1 taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

7.8.9.2 custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

7.8.9.3 quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços;

7.8.9.4 Incompatibilização de Preços Horários de mão de obra (mão de obra com preços divergentes);

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

7.11. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.11.3 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.12. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12.1 O Agente de Contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta melhor classificada ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.

7.12.2 A Administração conferirá ao Licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários relevantes, nos termos do § 2º do artigo 59 da Lei 14.133/21.

7.12.3 Na hipótese acima, o Licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições do valor global do item.

7.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.15. Não será permitido a alteração do percentual de BDI e dos Encargos Sociais ofertados inicialmente pela proponente.

7.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.17. Não será exigida carta de solidariedade de fabricante, por se tratar de serviços técnicos especializados de engenharia.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

7.18. Não será exigida amostra física, sem prejuízo da análise técnica da proposta, metodologia, equipe, atestados, documentos de responsabilidade técnica e demais elementos exigidos no edital e no Termo de Referência.

7.19. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.20. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.21. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.22. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.23. Não se trata de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra. Quando aplicável, a licitante deverá comprovar a regularidade profissional da equipe técnica indicada e a responsabilidade técnica pelos serviços de engenharia.

7.23.1 declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.23.2 cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.23.3 cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.23.4 declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.24. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.25. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.26. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.27. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

7.28. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, deverá ser anexada junto ao sistema licitanet.com.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 18 horas, através do telefone 73 99934-3412, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

8.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio dos documentos enviados.

8.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 02 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 02 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.8. Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

Portaria Normativa SE/CGU nº 226/2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

9.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.9.1 Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

### **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

### **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR no endereço eletrônico do provedor indicado neste edital, no endereço <http://www.licitanet.com.br>.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.licitanet.com.br>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
- 13.11.2 *Anexo II – Minuta do Contrato;*
- 13.11.3 *Anexo III – Modelo Carta Proposta;*
- 13.11.4 *Anexo IV – Planilha Orçamentária;*
- 13.11.5 *Anexo V – Modelo Dec. De micro ou empresa de pequeno porte*
- 13.11.6 *Anexo VI - Credencial (Procuração);*
- 13.11.7 *Anexo VII – Modelo Declaração do Menor;*
- 13.11.8 *Anexo VIII - Modelo Declaração de Inexistência de Impedimento;*
- 13.11.9 *Anexo IX - Declaração de visita;*
- 13.11.10 *Anexo X – Planilha Encargos Sociais*

*Gandu/BA, 03 de junho de 2026.*

LUANA VIVEIROS DE LIMA

Secretaria Municipal Infraestrutura



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU***

**ESTADO DA BAHIA**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

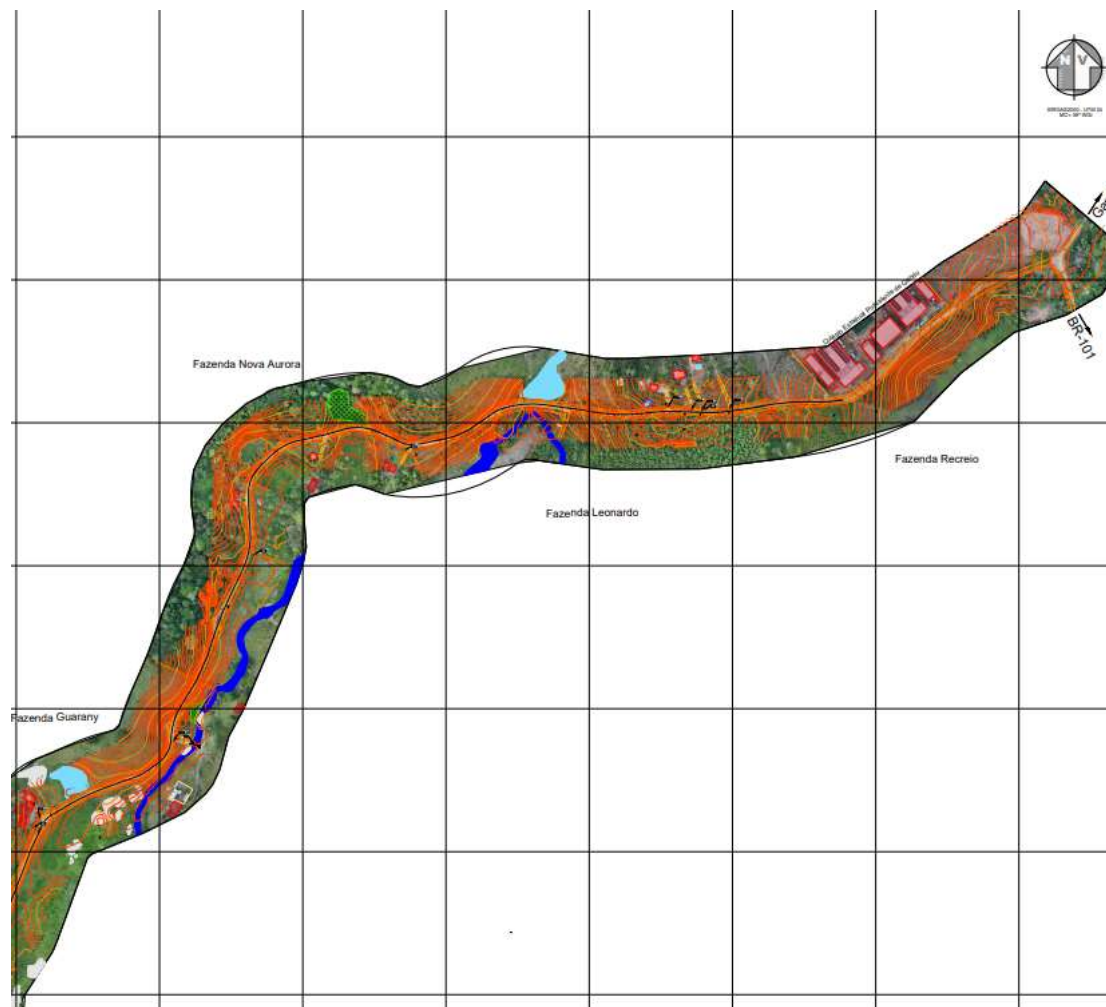
#### **TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS EXECUTIVOS DE PAVIMENTAÇÃO GANDU - ÁGUA PRETA**





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**



## **1. INTRODUÇÃO**

O presente documento constitui Termo de Referência para a contratação de empresa de engenharia especializada para a **Elaboração de Estudos e Projetos Executivos de Engenharia para Pavimentação Asfáltica e Drenagem**.

O trecho objeto desta contratação compreende a via de ligação entre a sede do município de **Gandu/BA** ao povoado de **Água Preta**. Os trabalhos e serviços deverão ser executados de acordo com as condições especificadas neste Termo de Referência, obedecendo rigorosamente às prescrições das Normas Técnicas vigentes da **ABNT** (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e, primordialmente, as normas e manuais de pavimentação do **DNIT** (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes).

## **2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Constitui objeto do presente Termo de Referência definir e fixar as condições gerais e específicas para a contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços técnicos ao Município de Gandu/BA, consistindo na elaboração de estudos topográficos, estudos geotécnicos, projeto geométrico, projeto de terraplenagem, projeto de pavimentação, projeto de drenagem, sinalização, orçamento detalhado e demais elementos executivos relativos à via Gandu - Água Preta, com extensão aproximada de 7,2 km.

PAVIMENTAÇÕES	ENDEREÇO	KILOMETROS	COORDENADAS GEOGRAFICA UTM



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

Trecho Gandu - Água Preta	Ligação entre a sede do Município de Gandu/BA e o Distrito/Povoado de Água Preta	7,2 km	A definir/confirmar em levantamento topográfico SIRGAS 2000
	<b>Total</b>	7,2 Km	

### **3. ESCOPO DE SERVIÇOS**

Os serviços a serem executados compreendem as atividades técnicas descritas a seguir, necessárias para a viabilização da pavimentação e drenagem do trecho Gandu – Água Preta:

- **Locação e Mapeamento:** Apresentar planta da região com a delimitação exata do trecho objeto da intervenção, contendo as correspondentes coordenadas geográficas e pontos de controle;
- **Levantamento Topográfico Planialtimétrico e Cadastral:** Realização de levantamento detalhado da faixa de domínio, com cadastro de elementos existentes como: acessos residenciais, cercas, redes de utilidade pública (energia/água), árvores, pontes, bueiros e passagens de água;
- **Serviços Geotécnicos e Geológicos:** Execução de sondagens ao longo do eixo da via e em jazidas de material, visando a caracterização do solo (CBR, expansão e umidade) para dimensionamento das camadas de base e sub-base;
- **Projeto de Terraplenagem:** Elaboração de projeto de regularização do subleito, incluindo estabilização de cortes e aterros, definição de volumes de movimentação de terra e áreas de bota-fora;
- **Projeto de Pavimentação:** Dimensionamento da estrutura do pavimento (CBUQ, TSD ou Intertravado, conforme viabilidade), analisando a melhor opção técnica a partir dos ensaios geotécnicos e contagem de tráfego;
- **Projeto de Drenagem de Águas Pluviais:** Dimensionamento de dispositivos de drenagem superficial e profunda, tais como sarjetas, canaletas, bueiros de transposição, dissipadores de energia e caixas de inspeção;
- **Memorial Descritivo:** Elaboração de documento técnico detalhando os métodos construtivos, especificações de materiais e normas de qualidade a serem seguidas;
- **Plano de Execução e Logística:** Programação detalhada das etapas da obra, prevendo o manejo de tráfego durante a execução para minimizar impactos à população;
- **Elaboração de Orçamento Detalhado:** Composição de planilha orçamentária completa, incluindo:
  - Planilha resumo e cronograma físico-financeiro;
  - Detalhamento de BDI e encargos sociais;
  - Composições de custos unitários (utilizando tabelas de referência como SINAPI ou SICRO);
  - Memória de cálculo de todos os quantitativos e cotações de insumos não constantes em tabelas oficiais.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **3.1. FASES DE DESENVOLVIMENTO**

As atividades deverão objetivar a elaboração de estudos e projetos de modo a alcançar o grau de detalhamento em nível de Projeto Executivo, fornecendo informações suficientes à contratação das obras, conforme orientação do Artigo 6º da Lei 14.133/21 que define:

“ Projeto Executivo - o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

Na fase inicial serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Vistoria, levantamento de informações disponíveis e diagnóstico preliminar;
- Planejamento dos estudos de campo; Execução dos estudos topográficos;
- Execução dos estudos geotécnicos e geológicos;
- **Concepção de soluções que serão submetidas à análise da Prefeitura Municipal de Gandu /BA.**

### **3.2. CONSIDERAÇÕES**

Os projetos a serem concebidos e desenvolvidos pela Contratada serão constituídos de intervenções voltadas exclusivamente para a implantação de infraestrutura viária, pavimentação e drenagem no trecho **Gandu – Água Preta**.

O projeto deve focar na trafegabilidade e durabilidade da via. A escolha da estrutura do pavimento (seja em CBUQ, TSD, solo-cal ou pavimentação intertravada) deverá ser justificada tecnicamente pela Contratada, considerando:

- O volume e o tipo de tráfego previsto (contagem de veículos);
- A disponibilidade de materiais jazidários na região de Gandu;
- A análise de custo-benefício, visando a opção mais vantajosa para o município em termos de execução e baixa manutenção futura.

Para garantir a integridade do pavimento, a Contratada deverá realizar estudos detalhados para o dimensionamento de todo o sistema de drenagem da via. O projeto deve prever o escoamento eficiente das águas pluviais, evitando acúmulos na pista, erosões laterais e garantindo a correta transposição de talvegues através de bueiros e galerias dimensionados para as vazões locais.

Os levantamentos de campo, incluindo sondagens de reconhecimento e ensaios de caracterização (CBR, granulometria e limites de consistência), serão realizados pela Contratada. Esses dados são fundamentais para o dimensionamento das camadas de reforço do subleito, sub-base e base, garantindo que o pavimento não sofra deformações prematuras por deficiência do solo.

Quando os serviços de terraplenagem necessários para a regularização da via (cortes para ajuste de greide ou limpeza de bordas) gerarem material que precise ser descartado, a empresa projetista deverá:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- Estudar e indicar áreas passíveis de receber o material (bota-fora) o mais próximo possível do local da obra;
- Assegurar que os locais possuam autorização dos proprietários e não possuam restrições ambientais ou de preservação (APP);
- Prever no projeto e nos custos da obra a recuperação ambiental dessas áreas após o uso.

Fazem parte do escopo todas as atividades de sinalização (horizontal e vertical), bem como dispositivos de segurança (defensas, quando necessário) e projetos de apoio, como o plano de desvio e manejo de tráfego, garantindo que o fluxo entre Gandu e Água Preta não seja totalmente interrompido durante as etapas de pavimentação.

### **3.3. PROJETOS EXECUTIVOS**

A Lei nº 14.133/2021 Art 6, inciso XXVI, diz que o Projeto Executivo é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Todos os elementos que compõem o Projeto devem ser elaborados por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável o registro da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, identificação do autor e sua assinatura em cada uma das peças gráficas e documentos produzidos, digitais e físicos.

### **4. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS**

A fase de concepção das soluções tem por objetivo caracterizar o problema, definir as possíveis alternativas, incluindo avaliação preliminar das quantidades, custos e prazos envolvidos. Deverá ser avaliada a alternativa de solução mais adequada e tecnicamente segura para a área de risco, com a respectiva justificativa.

Serão realizadas todas as análises e estudos pertinentes, e elaborados todos os desenhos necessários para justificar as proposições de soluções apresentadas.

A alternativa a ser desenvolvida para o detalhamento do projeto será efetuada após a análise e aprovação pela fiscalização dentro das opções disponíveis, com base nos estudos apresentados pela **Contratada**.

#### **4.1. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO, PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL**

Os levantamentos topográficos, planialtimétricos e cadastrais devem ter como base o sistema de referência SIRGAS 2000.

Deverão ser cadastrados e locados;

- Os logradouros e referências periféricas;
- Edificações, escadarias e equipamentos públicos;
- Vias pavimentadas ou não, caracterizando-se o traçado horizontal e vertical com identificação dos raios de curvas horizontais e o greide das vias existente;
- Elementos de drenagem existentes cadastrando-se as dimensões e cotas das geratrizes inferior e superior dos bueiros com suas alas e bocas, canaletas, sarjetas, valetas, descida d'água, etc;
- Nascentes, fontes, minadouros, rios, córregos, área embrejadas, lagos, etc;
- Os pontos singulares do relevo, talvegues, trincas no solo, afloramento de rocha, barrancos e erosões;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- Interferências com redes de concessionárias com especial atenção às caixas e poços de visitas de água e de esgoto, marco de rede de gás, de cabos óticos e redes telefônica;
- Cota de soleira de edificações e outros elementos de interesse para a elaboração dos projetos.

A empresa projetista deverá realizar o cadastro técnico detalhado de todas as edificações e benfeitorias situadas no entorno imediato do traçado projetado, com o objetivo de identificar e catalogar os imóveis que apresentem interferência direta com a execução das obras de pavimentação.

Deverão ser identificadas e indicadas no projeto todas as residências ou estruturas que:

- Estejam localizadas dentro da **faixa de domínio** necessária para a implantação da rodovia;
- Comprometam a geometria da via ou a execução dos sistemas de drenagem projetados;
- Apresentem isolamento ou inacessibilidade crítica em decorrência do novo greide (altura) da estrada.

Essas unidades deverão ser claramente assinaladas para que o Município possa iniciar as tratativas de desapropriação, realocação de moradores e eventuais demolições.

As informações levantadas serão compiladas em um dossiê técnico a ser encaminhado à Secretaria competente para viabilizar o processo administrativo e a futura liberação da frente de obra.

O levantamento planialtimétrico deverá ser realizado de acordo com a NBR 13133 – Execução de levantamento Topográfico, devendo ser adotado marco do IBGE para amarração de cotas e um marco de RN em cada intervenção/obra.

Os levantamentos deverão ser apresentados em meio magnético e ao menos uma via impressa em escala adequada ao perfeito entendimento do trabalho.

As plantas dos levantamentos planialtimétricos cadastrais serão apresentadas em arquivos em formato compatível com AutoCad e deverão mostrar, a malha de coordenadas com a identificação de norte e leste em cada retícula, as curvas de nível, os pontos cotados, os marcos implantados e todos os elementos cadastrados com legenda completa das representações convencionadas.

O levantamento topográfico cadastral a ser realizado deve abranger toda a área de influência do processo de instabilidade, bem como a área potencialmente atingida pela intervenção, incluindo as obras complementares.

O perímetro de cada área onde serão projetadas as intervenções deverá ser georreferenciado. Deverão ser cadastrados e locados todos os elementos de interesse para o projeto.

### **4.2. SERVIÇOS GEOTÉCNICOS E GEOLÓGICOS**

O serviço de geotecnia contemplará a execução de sondagem à percussão e sondagem à trado, com coleta de amostras deformadas e indeformadas para realização de ensaios laboratoriais.

As sondagens destinadas ao conhecimento do subsolo dos projetos de estabilização de encostas deverão ser realizadas de acordo com as referências normativas discriminadas a seguir e com o plano de sondagens estabelecido.

As campanhas de sondagem deverão ser realizadas pela Contratada de forma a abranger adequadamente o conjunto da área do projeto, oferecendo ao projetista as informações essenciais ao desenvolvimento dos seus trabalhos. Deste modo, caberá aos profissionais especializados em geotecnia/geologia, terraplenagem e estruturalistas estabelecerem o posicionamento das prospecções, a profundidade, a definição de critérios geotécnicos para paradas e os ensaios necessários.

Os resultados deverão ser apresentados na forma de boletins de sondagem, com assinatura e Anotação de Responsabilidade Técnica, contendo no mínimo as seguintes informações; cota da camada impenetrável, cota da boca do furo, cota da superfície, cota das diversas camadas do subsolo, caracterização do tipo de solo de cada camada, posição do nível d'água, resultado de ensaio de penetração (SPT) a cada metro, gráfico do índice de resistência à penetração em função da profundidade. Deverá ser apresentada conjuntamente a planta de locação das sondagens realizadas com suas respectivas coordenadas.

Resultado das investigações geológico-geotécnicas de campo com seus boletins de sondagens à percussão com planta de locação dos furos, boletins de sondagens, e os resultados de ensaios de caracterização e resistência de amostras de solo; Apresentação do Laudo Geotécnico, contendo Projeto Conceitual de soluções para correção de instabilidade de taludes;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **4.2.1. REFERÊNCIA NORMATIVA**

Salvo quando em contrário, e ou devidamente justificado, será obrigado à obediência ao que prescrevem as normas Técnicas da Associação Brasileira de normas Técnicas – ABNT, e as especificações gerais de serviços do DNI (ou outra norma vigente), no que couber a cada projeto.

Contemplam estas especificações as seguintes normas:

5.1. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
Deverão ser consultadas, entre outras, as seguintes normas:
<b>Topografia e Georreferenciamento:</b>
<b>NBR 13.133:</b> Execução de levantamento topográfico;
<b>NBR 14.166:</b> Rede de Referência Cadastral Municipal - Procedimento;
<b>Geotecnia e Solos:</b>
<b>NBR 6457:</b> Amostras de solo - Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização;
<b>NBR 7182:</b> Solo - Ensaio de compactação;
<b>NBR 9895:</b> Solo - Índice de Suporte Califórnia (CBR);
<b>Pavimentação e Materiais:</b>
<b>NBR 7209:</b> Agregados para consumo em serviços de pavimentação;
<b>NBR 15.086:</b> Misturas betuminosas - Determinação da estabilidade e fluência (Marshall);
<b>Acessibilidade e Urbanismo:</b>
<b>NBR 9050:</b> Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (aplicável em trechos urbanos e calçadas);
<b>Desenho Técnico:</b>
<b>NBR 10.068:</b> Folha de desenho - Layout e dimensões;

### **4.2.2. SONDAGEM À PERCUSSÃO**

As sondagens do subsolo deverão ser realizadas de acordo com as seguintes normas da ABNT NBR 6484 – Execução de sondagem de simples reconhecimento do solo e NBR 7250 – Identificação e descrição de amostras de solos obtidas em sondagens de simples reconhecimento dos solos.

A locação em planta das sondagens deverá ser realizada pela contratada de forma a abranger adequadamente todas as áreas necessárias para o desenvolvimento dos projetos. A caracterização dos tipos de sondagem e, ensaios e a profundidade de cada sondagem serão definidas pelos projetistas com o objetivo de obter todas as informações necessárias para embasamento das análises e soluções propostas. A equipe de análise dos projetos entregues pela contratada, poderá questionar a localização dos furos, e caberá a contratada justificar a posição dos furos de sondagem, ou realizar novos furos que atendam. Caso desejar, a contratada poderá consultar com a contratante a melhor localização dos furos.

Os resultados deverão ser apresentados na forma de boletins de sondagem, contendo no mínimo as seguintes informações; cota da camada impenetrável, cota da boca do furo, cota da superfície, cota das diversas camadas do subsolo, caracterização do tipo de solo de cada camada, posição do nível d'água, resultado de ensaio de penetração (SPT) a cada metro, gráfico do índice de resistência à penetração em função da profundidade. Deverá ser apresentada conjuntamente a planta de locação das sondagens realizadas.

### **4.2.3. POÇOS DE INSPEÇÃO E COLETA DE AMOSTRAS DEFORMADAS E INDEFORMADAS**

Serão programados poços de inspeção e coleta de amostra para a execução de ensaio sempre que se fizer necessário.

### **4.2.4. ENSAIOS DE CARACTERIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DE AMOSTRAS DE SOLO**

De acordo com as orientações dos projetistas deverão ser realizados todos os ensaios que se fizerem necessários para o desenvolvimento dos projetos. A retirada de amostras deformadas, retirada de amostras indeformadas e ensaio triaxial norteado pela norma D2850 da ASTM (ou outra norma vigente).

### **4.3. PROJETO DE ENGENHARIA**

Todos os projetos deverão ser apresentados contendo no mínimo os seguintes elementos:

1. Memoriais descritivo e de cálculo;
2. Documentos gráficos: pranchas, croquis, e etc;
3. Especificações;
4. Quantitativos – Notas de serviço;
5. Elaboração de Planilha orçamentária (planilha resumo, detalhamento de BDI, planilhas analítica e sintética, curva ABC, planilha de quantitativos, memória de cálculo, composições de custos, cronograma



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

físico-financeiro e cotações de **preços**): **Informamos que o orçamento deverá estar de acordo com a legislação atual, resolução ;**

### **4.3.1. PROJETO EXECUTIVO DE PAVIMENTAÇÃO**

O projeto executivo de pavimentação do trecho **Gandu – Água Preta** compreenderá o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível adequado de precisão, para caracterizar a obra proposta, devidamente aprovada pelos órgãos fiscalizadores. Será desenvolvida a solução de engenharia considerada mais viável tecnicamente e aprovada pela fiscalização municipal.

Deverá ser desenvolvido e constituído dos elementos mencionados no Item anterior e das seguintes atividades obrigatórias:

- **Levantamento de informações disponíveis:** Coleta de dados históricos, mapas da região e projetos anteriores (se houver);
- **Diagnóstico preliminar e pré-orçamento:** Avaliação do estado atual da via e estimativa de custos das prováveis soluções de pavimentação;
- **Programa de investigação geotécnica e levantamentos topográficos:** Definição dos pontos de sondagem de solo e mapeamento altimétrico completo do eixo e bordos;
- **Concepção das soluções e elaboração de Projeto Executivo:** Definição da estrutura do pavimento e geometria da via;
- **Coletas de amostras e realização de ensaios:** Ensaios de laboratório para caracterização de solos e materiais de pedra/jazida;
- **Projeto Executivo Detalhado de Pavimentação:** Dimensionamento das camadas (subleito, base, sub-base e revestimento);
- **Projeto de Drenagem Superficial e Profunda:** Dimensionamento de sarjetas, valetas, bueiros e drenos para proteção do corpo estradal;
- **Projeto Geométrico e de Terraplenagem:** Definição de curvas, greide de nivelamento, compensação de cortes e aterros;
- **Conformação e Regularização do Subleito:** Procedimentos para preparação do terreno para receber as camadas de pavimento;
- **Projeto de Sinalização e Segurança Viária:** Plano completo de sinalização vertical, horizontal e dispositivos de segurança.

### **4.3.2. PROJETO DE TERRAPLENAGEM**

O projeto de terraplenagem deverá ser desenvolvido com auxílio de software específico que possibilite a modelagem do projeto em 3D e a extração automatizada de volumes, a exemplo do **AutoCAD Civil 3D**, garantindo a precisão das cotas e do equilíbrio entre cortes e aterros.

A apresentação do Projeto de Terraplenagem deverá conter, no mínimo:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- **Planta Geral:** Contendo os eixos estaqueados (eixo de projeto), indicação das sondagens geotécnicas realizadas, limites dos taludes de corte e aterro (offsets) e áreas de bota-fora;
- **Seções Transversais Típicas:** Representação dos perfis do terreno natural em contraste com o gabarito de projeto, detalhando a largura da plataforma de terraplenagem, caimento para drenagem e inclinação dos taludes;
- **Seções Transversais de Detalhamento:** Apresentação das seções em cada estaca, demonstrando as distâncias em relação ao eixo, as respectivas cotas de terraplenagem (cota de projeto) e as áreas de corte e aterro por seção;
- **Notas de Serviço:** Planilhas eletrônicas contendo as cotas de bordo e eixo para a locação precisa em campo.

As escavações e aterros para a execução da pavimentação que demandem tratamento geotécnico específico (como substituição de solo mole ou reforço do subleito) serão identificadas após a consolidação dos projetos de geometria e terraplenagem.

Consequentemente, qualquer necessidade de reforço estrutural do solo ou proteção de taludes de corte e aterro deverá ser detalhada na fase de projeto executivo, visando garantir que a base da pavimentação seja implantada sobre um terreno devidamente estabilizado e compactado conforme as normas do DNIT.

### **4.3.3. PROJETOS ESTRUTURAIS**

#### **PROJETOS ESTRUTURAIS (OBRAS DE ARTE CORRENTES)**

Os projetos estruturais a serem desenvolvidos pela Contratada compreenderão o dimensionamento e o detalhamento de todos os elementos necessários para a sustentação e proteção da via, garantindo a estabilidade do pavimento e a correta transposição de cursos d'água ou talvegues.

Deverão ser elaborados projetos executivos estruturais para:

- **Bueiros e Galerias:** Dimensionamento estrutural de bueiros tubulares ou celulares em concreto armado (simples ou múltiplos), conforme as vazões definidas no estudo hidrológico;
- **Dispositivos de Drenagem Especial:** Dimensionamento de caixas de inspeção, dissipadores de energia e escadas hidráulicas em áreas de declividade acentuada;
- **Pequenas Obras de Arte:** Caso necessário, dimensionamento de pontilhões ou passagens inferiores que interfiram no traçado da pavimentação.

A elaboração dos projetos estruturais deverá seguir as seguintes diretrizes:

- **Análise de Cargas:** Consideração das cargas móveis rodoviárias conforme as normas do DNIT e o tráfego previsto para a ligação Gandu – Água Preta;
- **Durabilidade:** Especificação de cobrimentos de armadura e classes de resistência de concreto adequadas à agressividade ambiental e exposição ao solo;
- **Ensaio de Suporte:** A definição das fundações das estruturas deverá ser baseada nos ensaios geotécnicos e de caracterização do solo realizados pela Contratada;
- **Interação Solo-Estrutura:** Integração total entre os projetos de terraplenagem e estrutura, garantindo que as fundações das obras de arte estejam em conformidade com o perfil geológico local.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **5.3.4. PROJETO DE DRENAGEM**

O projeto de drenagem deverá ser elaborado com o objetivo de garantir a rápida evacuação das águas pluviais da pista e do corpo estradal, preservando a integridade do pavimento e evitando processos erosivos nos taludes e áreas adjacentes.

## **4.3.6. ORÇAMENTO, QUANTITATIVOS, ANÁLISE E ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS**

A contratada deverá elaborar as planilhas orçamentárias sintéticas e analíticas, cronograma físico-financeiro e planilha de composição de BDI, para definir os custos de obras projetadas de acordo com suas especificações.

O orçamento de referência detalhado, com o custo global da obra será fundamentado em memórias de cálculos de quantitativos de obras e serviços, materiais e bens de consumo, levantados a partir do conteúdo do projeto (desenhos, memorial de cálculo e memorial descritivo) não sendo admitidas apropriações genéricas ou imprecisas, bem como a inclusão de itens sem previsão de quantidades. Deverá ser elaborado a partir de composição de custos unitários menores ou iguais a mediana de seus correspondentes no sistema nacional de pesquisa de custo e índice da construção civil, – observando a ordem de preferência de tabela de referência citada na resolução do TC-ES N°329, e as datas-base referentes ao último mês disponível na data de emissão do orçamento, sendo o orçamento tendo uma data-base única, por meio de atualização por índice, caso necessário.

A relação de itens e a numeração das planilhas orçamentária deverão, sempre que possível, ser as mesma utilizadas no Caderno de Especificação e Encargos.

A planilha deverá discriminar preços unitários de materiais e mão de obra, quantitativos, e preços totais. A contratada deverá considerar todos os encargos sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, incidente sobre o custo da mão de obra.

Não serão aceitas planilhas que contenha unidades referenciais como “verba”, salvo aquelas cujo planejamento não possibilite quantificação. Para adoção dos preços unitário de referência, a contratada deverá obedecer ao disposto na legislação vigente. Para os insumos em que forem utilizados preços advindos de pesquisa de mercado, deverão ser apresentadas as cotações realizadas. Deverão constar do cabeçalho a unidade contratante, obra, local, data, BDI, leis sociais, orçamentista responsável, database e brasão da prefeitura. Deverá ser apresentada a composição do BDI e Encargos sociais. Assim como também a composição da Administração Local. Todo levantamento executado deverá ser acompanhado com as respectivas memórias de cálculo e composição de custo.

As planilhas dos serviços deverão ser claras e objetivas, apresentando em suas colunas os itens associados linearmente com a respectiva descrição técnica dos serviços, unidade de serviço, quantidade, preço unitário e preço total. A ordenação dos serviços deverá obedecer aos critérios de obras e grupos de serviços afins tais como, fundação, estruturas, etc.

A ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de levantamento de Serviços, Quantitativos e Orçamento de Custo será específica e retirada em separado do restante do(s) projeto(s) elaborado(s).

Deverá ser apresentada a identificação dos autores dos projetos e assinaturas em cada uma das peças gráficas e documentos técnicos produzidos, bem como a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, referente aos projetos e orçamentos realizados ou revisados.

Na elaboração do orçamento deverão ser observadas as seguintes recomendações; administração local conforme entendimento do SETOP/ES e em atendimento a Resolução TC N° 329/2019.

### **4.3.6.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

A contratada deverá fornecer ou indicar as especificações técnicas de todos os materiais, equipamentos e serviços, bem como descrever os procedimentos de controle tecnológico, as normas de fiscalização, os procedimentos e critérios de medições de volume, áreas, distintas relativas a cada serviço, em correspondência com os itens da planilha de quantitativos, estipulando-se as condições mínimas aceitáveis de qualidade.

## **5. DOS VALORES DA LICITAÇÃO**

O valor global do orçamento da SEOB para a execução dos SERVIÇOS previstos nesta licitação é de R\$ **411.482,90** (quatrocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos).

Conforme orçamento base abaixo:



**Obra**

**Bancos**

**B.D.I.**

**Encargos  
 Sociais**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU

ESTADO DA BAHIA

ELABORAÇÃO DE  
ESTUDO E  
PROJETO  
EXECUTIVO DE  
ENGENHARIA  
PARA  
PAVIMENTAÇÃO  
ASFALTICA E  
DRENAGEM

SINAPI -  
02/2026 -  
Bahia  
SBC -  
03/2026 -  
Bahia  
ORSE -  
01/2026 -  
Sergipe  
SEINFRA -  
028 - Ceará  
EMBASA -  
06/2025 -  
Bahia

20,34%

Desonerado:  
embutido nos  
preços unitário  
dos insumos de  
mão de obra, de  
acordo com as  
bases.

## Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
<b>1</b>			<b>ESTUDO</b>					<b>96.517,52</b>	<b>23,46 %</b>
1.1	101457	SINAPI	TÉCNICO EM SONDAGEM COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	ME S	2	9.016,59	10.850,56	21.701,12	5,27 %
1.4	C0143	SEINFRA	SERVIÇOS DE SONDAGEM GEOTÉCNICA MISTA EM SOLOS	M	150	299,97	360,98	54.147,00	13,16 %
1.5	34.97.04	EMBASA	ENSAIO DE CARACTERIZACAO DO SOLO	UN	20	333,81	401,70	8.034,00	1,95 %
1.6	4682	ORSE	Ensaio - Granulometria por peneiramento	un	20	175,00	210,59	4.211,80	1,02 %
1.7	4684	ORSE	Ensaio - Limite de plasticidade	un	20	175,00	210,59	4.211,80	1,02 %
1.8	4683	ORSE	Ensaio - Limite de liquidez	un	20	175,00	210,59	4.211,80	1,02 %
<b>2</b>			<b>PROJETO EXECUTIVO</b>					<b>314.965,38</b>	<b>76,54 %</b>
2.3	000032	SBC	EQUIPE DE SERVICOS DE TOPOGRAFIA EM OBRA	ME S	2	11.979,89	14.416,59	28.833,18	7,01 %
2.4	000102	SBC	PROJETO DE URBANIZACAO DE AREAS	m²	3402,69	69,88	84,09	286.132,20	69,54 %

Total sem BDI

341.944,63

Total do BDI

69.538,27

Total Geral

411.482,90



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

---

JOAO VITOR MARQUES CARDEAL

Os recursos serão aplicados conforme os serviços e quantitativos descritos na planilha de serviços, quantitativos e preços acima.

Os recursos financeiros serão liberados de acordo com os serviços concluídos, tendo seus produtos efetivamente aceitos.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura considerará a demanda de projetos e obras do município e determinará que os recursos destinados a quaisquer dos serviços contratados sejam remanejados, nos termos permitidos na legislação, com o objetivo de suprir o eventual aumento de demanda por outros projetos, obras e serviços de engenharia.

As despesas com custos provenientes de taxas de aprovação dos projetos; viabilidade técnica de fornecimento de energia, abastecimento de água e tratamento de esgoto; notações de Responsabilidade Técnica dos projetos e serviços contratados; digitação; cópias; desenhos; memoriais; quantitativos; cadernos de encargos; justificativas e demais despesas com o projeto, não contidos na planilha orçamentária, serão considerados como integrantes da contratação, não gerando custos adicionais para a PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU.

Os preços incluem todas as despesas necessárias à perfeita realização do objeto, cobrindo todos os custos de mão-de-obra, inclusive eventuais aumentos ou adiantamentos salariais e benefícios e obrigações provenientes de Lei, Sentença Judicial, Dissídio, Acordo ou Convenções Coletivas da categoria pertinente à execução do objeto pretendido.

A eventual inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO ou restringir a regularização e o uso dos SERVIÇOS.

Nas Reclamações Trabalhistas ou nas Ações Judiciais relacionadas aos SERVIÇOS objeto da presente licitação, em que o Juízo de Primeira Instância decida pela procedência dos pedidos constantes na petição inicial, com a condenação da PMS, a PMS fará, de imediato, a retenção dentre os créditos existentes ou futuros da CONTRATADA, mesmo que de contrato diferente, até o valor atribuído à condenação. Este valor poderá ser revisto pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU, através de solicitação de sua Unidade de Relações de Trabalho, quando o andamento do processo trabalhista indicar esta necessidade.

## **5.1.1. CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO E CONDIÇÕES DE ACEITE DOS PRODUTOS**

Os produtos discriminados no item anterior deverão ser analisados formalmente pelos técnicos da Prefeitura Municipal da Teolândia/BA, com resposta à contratada através de relatórios de análise, solicitando revisão de projetos até a adequação do produto.

Em qualquer época, até a aprovação final do projeto, o contratante poderá solicitar complementação de itens constantes no escopo do termo de referência e esclarecimentos acerca do anteprojeto / projeto em andamento, sem que haja ônus adicional à mesma.

A solicitação de reformulação dos relatórios aprovados que acarretarem custos adicionais para a contratada acarretará a respectiva contraprestação, de acordo com a estimativa de custos anteriormente aprovada pela Prefeitura Municipal da Gandu /BA.

## **5.1.2. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

A contratada deverá exercer rigoroso controle de qualidade sobre informações apresentadas, tanto no texto como nos memoriais e desenhos. O referido controle deve ser orientado para clareza, objetividade, consistência das informações, justificativa de resultados e texto isento de erros de português.

Os projetos finais, aprovados, deverão ser entregues em **03 (três)** vias impressas, organizadas em pastas AZ, identificadas com adesivo/capa, devidamente assinados, e com lista de documentos para que o fiscal assine o recebimento do produto. Juntamente com os produtos em via impressa, deverão ser entregues 03 CDs, com todo o conteúdo final, nos formatos digitais: .pdf, .dwg e .xls, e etc. Os produtos deverão conter assinatura digital nas pranchas, memoriais, orçamento, boletins, estudos, planilha, etc.

A empresa projetista deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART de todos os serviços, sendo a ART de orçamento independente da(s) demais.

TODAS as disciplinas deverão estar no campo de ATIVIDADES da ART, e não só no campo “Observações”.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

● Ao longo do período de execução do contrato, a empresa enviará via serviço online de transferência de arquivos, como cloud/nuvem, drive, ou similar, os produtos a serem analisados pela fiscalização, até que se tenha o aceite do produto final, sempre mantendo os arquivos em pastas organizadas. A cada entrega de produto, mesmo que preliminar, a empresa deverá enviar juntamente dos arquivos .dwg/.pdf/.xls, as ARTs assinadas das respectivas disciplinas. Eventuais medições do contrato só serão realizadas mediante produtos aceitos, com devidas ARTs.

A representação gráfica dos projetos deverá obedecer as Normas NBR 6492:1994 – Representação de projetos e NBR 10068:1987 – Folha de desenho – Layout e dimensões.

Os desenhos serão emitidos nos formatos A0, A1, A2, A3 ou A4, o que apresentar melhor organização, sendo preferencial o formato A1 para projetos e A4 para relatórios, memoriais e planilhas. A prancha será no formato padrão PMS, enviada à contratada via e-mail, podendo ser as penas do projeto elaboradas pela contratada, desde que juntamente com os projetos, a empresa envie o arquivo .ctb para visualização das mesmas.

Outras informações que devem localizar-se próximo ao carimbo;

- Planta chave;
- Escalas gráficas
- Descrição da revisão (quadro com controle da revisão);
- Conversões gráficas;
- Notas gerais;
- Desenhos de referências;
- Numero da ART do projeto.

● Os projetos que necessitarem seguir para aprovação na - Secretaria de Obras do município, , deverão ser entregues no nesta secretaria, para que o processo de aprovação seja aberto pela secretaria de Obras, para seguir como processo público, e não particular.

● Entrega de materiais não dobrados, ilegíveis, desorganizados, incorretos ou sem identificação, não serão aceitas, e a empresa contratada será responsável por nova entrega, em tempo hábil do produto, com orientações do fiscal.

Havendo divergência entre o projeto apresentado na forma digital e o projeto impresso, prevalecerá o projeto impresso assinado, devendo a contratada providenciar as retificações necessárias no projeto digital às suas expensas. Todos os projetos deverão obedecer às recomendações contidas nas Normas Técnicas da ABNT que regem o assunto, bem como as referências e normas do DNIT. Qualquer falha, erro e omissão detectados serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, assim como o custo financeiro gerado pelos mesmos.

## **6. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**O prazo global previsto para execução dos SERVIÇOS é de 90(noventa) dias**, a contar do dia da emissão da Ordem de Início dos Serviços (OS), que ocorrerá após a assinatura do CONTRATO e respectiva publicação de seu extrato na Imprensa Oficial;

A vigência do CONTRATO a ser firmado terá início no dia de sua publicação na Imprensa Oficial, e terá duração de **180 (cento e oitenta ) dias**, podendo ser renovada de acordo com a legislação.

### **6.1. ORGANIZAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA DA CONTRATADA**

A CONTRATADA deverá preferencialmente disponibilizar escritório próprio no Município de Gandu/Ba ou num raio máximo de até 20 km, visando facilitar a logística e comunicação para prestação dos serviços;

Durante a prestação dos serviços deverão ser obedecidas as exigências do gestor do contrato, sendo que, após a solicitação de comparecimento (ofício, email, ou por telefone, etc) do responsável técnico a Secretaria de Obras, este atendimento deverá ser realizada em ate no máximo 03 (três) horas, após o recebimento da referida solicitação;

A Logística de atendimento às solicitações de comparecimento à SEOB é de responsabilidade da CONTRATADA, sem qualquer ônus à Prefeitura de Gandu/Ba

## **7. DOS REQUISITOS A SEREM EXIGIDOS NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Declara a não existência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em conformidade ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº20 de 1998.

A licitante deverá, na data da entrega da proposta, indicar expressamente, um profissional de nível superior para cada especialidade do projeto, devidamente registrado no CREA, que será o responsável técnico pelo serviço, em cujo acervo conste Atestado de Responsabilidade Técnica, devidamente registrado no CREA, por execução de serviços de característica semelhantes ao do objeto do presente Termo de Referência.

Os profissionais indicados como responsáveis técnicos, deverão, no início da execução dos serviços e durante toda a sua execução, possuir vínculo empregatício com a empresa proponente, comprovado por meio da juntada de cópia da ficha de registro de empregado, ou da cópia do ato de investidura em cargo de direção,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

ou da cópia do contrato social ou ainda do contrato civil de prestação de serviços, a fim de comprovar que estes profissionais pertencem ao quadro técnico da empresa, ou são seus diretores ou seus sócios.

Apresentar, no mínimo 02 (dois) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em característica, quantidade e prazo com o objeto da licitação.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU se reserva o direito de realizar diligência para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos, e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

Prova de registro de inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da empresa e do profissional indicado como responsável técnico.

As licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para habilitação da presente licitação serão consideradas inabilitadas.

## **8. MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

A contratação será por Concorrência, do tipo menor preço, no Inciso II do Art. 28 da Lei 14.133/21, na forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário.

## **9. DA VISITA AOS LOCAIS DOS SERVIÇOS**

As empresas interessadas serão facultadas a realização de visita ao local de execução do objeto a ser contratado, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao mesmo, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.

A visita poderá ser agendada pelo telefone (73) 3279-2028, das 09:00 às 14:00h, ou pelo email: pmtelandia@yahoo.com.br

Realizada ou não a visita técnica, o licitante deverá, para fins de qualificação, declarar que tem pleno conhecimento dos locais e das condições em que deverá ser executado o objeto, apresentando declaração em conformidade com o Edital.

A visita deverá ser realizada por intermédio de representante legal e/ou responsável técnico, a mesma será acompanhada por técnico da PMS, igualmente habilitado.

As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar.

Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do objeto, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.

## **10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Poderão participar da presente licitação as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

- **Habilitação Jurídica:** Conforme Lei nº 14.133/21.
- **Regularidade Fiscal:** Conforme Lei nº 14.133/21.
- **Qualificação Técnica:** Conforme Lei nº 14.133/21.

A empresa licitante deverá apresentar **Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT**, devidamente registrada(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhada(s) de atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, conforme descrito abaixo:

ITEM	SERVIÇOS	UND	PERCENTUAL NO ORÇAMENTO	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
1	PROJETO DE URBANIZACAO DE AREAS	m²	69,54 %	3402,69	<b>1.701,3</b>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- **Engenheiro Civil ou profissional com atribuições equivalentes**, com experiência comprovada na **elaboração de estudos e projetos executivos de pavimentação urbana e/ou rodoviária**, incluindo, no mínimo:
  - Projeto geométrico;
  - Projeto de pavimentação (flexível e/ou rígida);
  - Projeto de drenagem superficial e/ou profunda;
  - Levantamento topográfico;
  - Estudos preliminares e memoriais descritivos.

A comprovação deverá ser feita por meio de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) CAT(s), emitidas por órgão público ou entidade privada.

- **Qualificação Econômico-Financeira:** Conforme Lei nº 14.133/21.

---

A empresa vencedora deverá dispor dos seguintes profissionais como responsáveis técnicos para compor a **Equipe Técnica Mínima**, que deverá atuar efetivamente na execução dos serviços, conforme solicitado pelo gestor do contrato:

- **01 (um) Engenheiro Civil**, ou profissional com atribuições equivalentes, com acervo técnico compatível, comprovando experiência na **elaboração de estudos e projetos executivos de pavimentação urbana e/ou rodoviária**, incluindo projetos de drenagem e geometria viária.

---

**Quanto à Qualificação Técnica, a CONTRATADA deve apresentar:**

ITEM	SERVIÇOS	UND	PERCENTUAL NO ORÇAMENTO	PREVISTO	EXIGÊNCIA (50%)
1	PROJETO DE URBANIZACAO DE AREAS	m²	69,54 %	3402,69	<b>1.701,30</b>

- Registro ou inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no CREA ou CAU;
  - Certidão de Acervo Técnico (CAT) dos profissionais indicados;
  - Comprovação de vínculo entre o(s) profissional(is) e a empresa (contrato social, carteira de trabalho ou contrato de prestação de serviços);
  - Declaração de disponibilidade da equipe técnica para execução dos serviços.
- Certificado de registro e quitação da empresa proponente expedido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

- Declaração de que possui em seu quadro permanente profissional(is) devidamente inscrito(s) e regular(es) perante o CREA e/ou CAU o(s) qual(is) se responsabilizará (ão) pela execução dos trabalhos;
- Prova de regularização do(s) referido(s) profissional(is) junto ao CREA ou CAU, através de Certidão comprovando sua inscrição e quitação anual com o Órgão;
- O profissional responsável técnico pela execução dos SERVIÇOS deverá possuir atestado(s) de responsabilidade técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;
- Comprovação de capacidade operacional da empresa licitante, mediante a apresentação dos seguintes documentos: atestado(s) em nome da licitante, emitidos pelo contratante titular, obrigatoriamente pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços de características semelhantes, de complexibilidade tecnológica e operacional equivalente ou superiores ao objeto licitado.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente a PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU/BA ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o lei 14.133/21, especialmente no que se refere a prejuízos causados por erros quantitativos ou financeiros da planilha orçamentaria elaborada pela Contratada.

Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer anormalidade de carácter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

A Contratada deverá fornecer todos os documentos em papel impresso 03 (três) jogos de cópias dos projetos e documentos, assinados pelos autores e em mídia digital (CD-ROM ou DVD-ROM, em formatos "DOC", ou "PDF" (textos), e DWG (desenhos) após aprovados os projetos.

### **11.1. DIREITO DE PROPRIEDADE**

A contratada cederá à PMS-SEOB, nos termos da lei 14.133/21, o direito patrimonial e a propriedade intelectual em caráter definitivo dos projetos desenvolvidos e resultados produzidos decorrente desta licitação, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagrama, e qualquer outra documentação produzida no escopo da presente contratação, em papel ou em mídia eletrônica.

### **11.2. DA GARANTIA DO SERVIÇOS**

O Prazo de garantia, no qual a contratada deverá promover alterações/correções ou refazer o projeto, nos casos de comprovados erros de elaboração, conforme exigido para o fiel cumprimento das obrigações, previstas na lei 14.133/21.

### **11.3. APRESENTAÇÃO DE DESENHOS E DOCUMENTOS**

Os desenhos e documentos a serem elaborados deverão respeitar as normas técnicas pertinentes, especialmente as Normas **NBR 6492** (Arquitetura), além das normas de desenhos técnicos. Os desenhos e documentos conterão na parte inferior ou superior, no mínimo as seguintes informações;

- Identificação da Contratante e do autor do projeto, nome, registro profissional, assinatura;
- Identificação da edificação, nome e localização geográfica;
- Identificação da etapa de projeto;
- Identificação do documento, título, data da emissão e número de revisões, e demais dados pertinentes;
- A contratada deverá emitir os desenhos e documentos de projetos em obediência a eventuais padrões previamente definidos pela contratante;

As pranchas dos projetos deverão ser entregues dobradas de acordo com as normas da ABNT, acondicionadas individualmente em envelopes plásticos e os volumes resultantes deverão ser acondicionadas em pasta AZ e devidamente etiquetadas (auto colante ou sulfite recoberto por contact transparente ou similar);

É parte integrante da execução de todos os serviços deste termo, a elaboração, quando considerado necessário pela equipe Gestora do Contrato, de Memoriais Descritivos, Justificativos, de Atividades, Relatórios de projetos, Memoriais de Cálculo e Especificações Técnicas para execução das obras. As planilhas orçamentárias e memoriais decorrentes dos projetos desenvolvidos deverão ser entregues no formato A4 (297 x 210 mm).

Os produtos em meio digital a serem entregues contemplam, no mínimo:

- Documentos em arquivos PDF e DOC (para textos) e XLS (planilhas);
- Desenhos e outras representações gráficas em arquivo DWG (Projetos), PDF e JPG.

Deverão ser apresentados relatório e planta de compatibilização dos projetos, respaldando a execução da obra de possíveis interferências, dentro das diversas especialidades (arquitetura, instalações, estruturas,



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

entre outros); A planilha de Custos deverá conter a indicação da fonte de referência, bem como sua data base ;

Preços oriundos de composição de custos que não tenham registro em tabelas oficiais deverão, obrigatoriamente, vir acompanhados de no mínimo três (03) cotações atuais de mercado, devidamente assinadas;

A empresa contratada deverá apresentar ao final dos trabalhos, a Minuta do Termo de Referência, com todas as informações necessárias, visando a contratação das obras;

Os materiais apresentados devem conter todos os elementos indispensáveis e perfeitamente definidos, acompanhados de memória de cálculo e descrição, de forma a torná-los autoexplicativos, permitindo a construção das obras, aquisição dos materiais e equipamentos e montagem respectiva.

O autor ou autores deverão assinar todas as peças gráficas que compõem os projetos, indicando o número de inscrição no órgão de regulamentação profissional. Todos os documentos elaborados deverão possuir referência de número de revisão, ou seja, a cada revisão dos documentos, projetos e/ou planilhas orçamentárias, nas mesmas deverão constar o número da revisão e data de atualização, de forma a manter o controle dos documentos elaborados.

A apresentação final dos trabalhos será efetivada com a emissão de relatório de entrega, listando os produtos entregues e atestando:

- A compatibilização das soluções de projeto com as diretrizes definidas pela equipe Gestora do Contrato;
- A aprovação do Gestor do Contrato e de eventuais setores municipais demandantes;
- A aprovação dos projetos junto às concessionárias e órgãos competentes;
- A padronização dos desenhos e documentos técnicos;
- A compatibilização dos projetos entre as diversas habilitações e avaliação das interferências entre os mesmos;
- A compatibilização dos quantitativos e valores dos projetos e das planilhas orçamentárias apresentadas;
- Apresentação da Minuta do Termo de Referência para contratação das obras.

### **11.4. NORMAS E PRÁTICAS COMPLEMENTARES**

A elaboração dos projetos deverá atender também as seguintes Normas e praticas Complementares:

- Praticas de projeto;
- Norma da ABNT;
- Código, Leis, Decretos, Portaria e Normas Federais, Estaduais e Municipais, incluindo as normas de concessionárias de serviços públicos;
- Instrução e resolução dos Órgãos do Sistema CONFEA E CREA.

### **11.5. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

Durante a elaboração dos projetos, a CONTRATADA deverá:

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor;

Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

Os projetos deverão cumprir as seguintes diretrizes:

- Solução construtiva racional;
- Os projetos devem atender a toda legislação específica nos níveis federal, estadual e municipal, assim como as Normas das concessionárias de serviços públicos locais. No mesmo sentido, os projetos devem obedecer às normas técnicas pertinentes da ABNT;
- As especificações técnicas deverão estabelecer as características necessária e suficiente ao desempenho técnico requerido pelo projeto, bem como para a contratação dos serviços e obras.

Se houver associação de materiais, equipamentos e serviços, a especificação deverá compreender todo o conjunto, de modo a garantir a harmonização entre os elementos e o desempenho técnico global.

As especificações técnicas deverão considerar as condições locais em relação ao clima e técnica construtiva a serem utilizadas.

A especificação técnica não poderá reproduzir catálogos de um determinado fornecedor ou fabricante, a fim de permitir alternativas de fornecimento.

As especificações técnicas poderão incorporar informações de interesse, detalhes construtivos e outros elementos necessários à perfeita caracterização. No caso de eventual substituição de materiais, equipamentos e serviços, bem como de técnicas executivas constantes das Práticas, deverão ser indicados nas disposições os procedimentos adequados de autorização da contratante e de consulta ao autor do projeto.

### **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Cabe a CONTRATANTE o cumprimento das seguintes obrigações:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

Nomear 01(um) Gestor e 01 (um) Fiscal para executar o acompanhamento e a fiscalização do contrato a ser firmado, em conformidade com suas competências e demais disposições legais, devendo observar, no mínimo, as atribuições expressamente previstas neste Termo de Referência;

Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento do objeto desta Contratação, solicitando à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços, recusando ou suspendendo aqueles que não estejam em conformidade com as normas e especificações exigidas neste Termo de Referência, parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora;

Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessárias ao desenvolvimento do projeto como possíveis alterações nos quantitativos estimados para contratação;

Notificar a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o presente Termo de Referência e com o Contrato, para que sejam tomadas as providências com relação a quaisquer irregularidades;

Efetuar o pagamento mediante comprovação da execução dos serviços correspondentes, no prazo e forma ajustados neste Termo de Referência e no Contrato respectivo;

Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA aos locais onde serão prestados os serviços, observadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas;

Cumprir as demais obrigações constantes deste Termo de Referência, do instrumento convocatório e outras imposições previstas no Contrato.

### **12.1. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

A fiscalização dos serviços objeto desta licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Gandu/BA, por intermédio de servidor ou equipe técnica formalmente designada, preferencialmente com formação compatível com o objeto.

Após a assinatura do Contrato respectivo, o Secretário de Obras emitirá portaria designando 01 (um) gestor e 01 (um) fiscal fornecendo a ambos todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação.

A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de Administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital, no Termo de Referência e no Contrato, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão;

Receber, conferir e atestar as notas fiscais encaminhando-as, juntamente com as certidões de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em vigor, à unidade competente para posterior pagamento;

Fiscalizar o cumprimento das metas previamente estabelecidas neste Termo de Referência, devendo comunicar formalmente à empresa o descumprimento das mesmas; Anexar aos autos do processo correspondente, cópias dos documentos escritos que comprovem as comunicações/solicitações de providências;

Comunicar à Administração o descumprimento dos prazos, demandas e metas previamente estabelecidos, para efeito de glosa e aplicação de penalidade, se for o caso; Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços, ordenando à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes do serviço, objeto deste processo, executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações; Acompanhar e aprovar os serviços executados, atestando o recebimento definitivo do objeto contratado;

A Fiscalização poderá a qualquer tempo, solicitar a substituição de pessoas da equipe da CONTRATADA, mediante justificativa, devendo o atendimento ser feito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Quando do recebimento da última nota fiscal, a Fiscalização promoverá uma conferência preliminar da documentação a ela anexada, entretanto os recolhimentos se referirão obrigatoriamente ao mês da execução dos SERVIÇOS.

As Certidões Negativas relativas ao NSS, FGTS, ISS e do Conselho Regional competente (quando pertinente), deverão estar vigentes à data prevista para pagamento dos SERVIÇOS.

A CONTRATADA deverá manter atualizada junto à Fiscalização a "Relação de Empregados dos SERVIÇOS", que contenha dados sobre seus empregados, tais como: nome do empregado, cargo/função, nº da carteira profissional e horário da jornada de trabalho.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU poderá a qualquer momento solicitar a apresentação de outros documentos, inclusive carteira profissional dos empregados da CONTRATADA, para verificar o cumprimento da legislação sobre recolhimento dos Encargos Sociais e Trabalhistas, bem como a existência de vínculo empregatício. Não serão admitidos na execução dos SERVIÇOS pessoas sem vínculo com a CONTRATADA, conforme o caso.

## **12.2. DAS PENALIDADES**

Serão aplicadas à CONTRATADA, garantido o contraditório e a ampla defesa, as seguintes penalidades:

### **12.2.1. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS E OBRIGAÇÕES:**

Na hipótese da CONTRATADA não entregar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

A CONTRATANTE a partir do 10º (décimo) dia de atraso poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança; Em caso de recusa do objeto contratado aplicar-se-á multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação;

Caso a CONTRATADA não atenda aos demais prazos e obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e no Contrato, aplicar-se-á multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação;

A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

### **12.2.2. MULTA POR RESCISÃO**

Nas hipóteses de rescisão unilateral, deve ser aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação. Não deve haver cumulação entre a multa prevista neste artigo e a multa específica prevista para outra inexecução que enseje em rescisão.

Nessa hipótese, deve ser aplicada a multa de maior valor. As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU/BA poderá suspender o pagamento devido até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita ainda ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE, e, no que couberem, às demais penalidades referidas Lei 14.133/21.

A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

## **12.3. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO**

Sempre que se exigir, a comunicação entre o Gestor do Contrato e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo ofício, as comunicações por correio eletrônico.

O Gestor do Contrato e a CONTRATADA responderão todas as questões sobre o contrato a ser firmado, procurando solucionar todos os problemas que defrontarem, dentro dos limites legais e da razoabilidade.

## **13. ALTERAÇÕES NA EQUIPE TÉCNICA**

Os técnicos relacionados como integrantes da equipe técnica chave deverão efetivamente trabalhar na execução do Contrato.

Eventual substituição de algum deles só será possível mediante comunicação por escrito à FISCALIZAÇÃO, devidamente justificada, sendo obrigatória a aprovação por parte da FISCALIZAÇÃO.

Do técnico substituído deverão ser apresentados documentos comprovando ter o mesmo, qualificação técnica igual ou maior que a do substituído.

Os documentos a serem apresentados são os mesmos exigidos pelo Edital para o técnico em questão.

A Fiscalização terá autonomia para aprovar ou reprovar qualquer substituição de profissional proposta pela CONTRATADA.

No caso de reprovação, será responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter o profissional aprovado inicialmente ou apresentar nova proposta de substituição, até que a FISCALIZAÇÃO aprove.

## **14. MEDIÇÕES, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E TRIBUTAÇÃO**

Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação à Prefeitura Municipal de Gandu, de notas fiscais, sem emendas ou rasuras, devidamente aprovadas pela Fiscalização;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

O período de medição será mensal, com serviços executados e concluídos no mês de competência, e a documentação pertinente (notas fiscais, guias, comprovantes, etc.) deverá ser entregue após aprovação da medição pela Contratante;

A documentação entregue protocolada fora dos prazos terão seus pagamentos postergados para o mês subsequente ao previsto;

As notas fiscais, após conferidas, visitadas e processadas, serão liberadas para pagamento; Ocorrendo erros na apresentação das notas fiscais, as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o atraso decorrente deste fato implicará em postergação da data do pagamento, sem que isto gere encargos financeiros para a PMI; A PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU poderá deduzir dos pagamentos, importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA em decorrência de inadimplemento do CONTRATO;

Na hipótese de ocorrência de Reclamações Trabalhistas ou Ações Judiciais relacionadas aos SERVIÇOS, objetos deduzidos mensalmente dos créditos da CONTRATADA, indiferente da origem contratual, a totalidade dos gastos incorridos no período, para a promoção da defesa ou acompanhamento do processo, tais como passagens, deslocamentos, estadas, diárias, custo hora dos empregados da PMI e valor dos honorários advocatícios e outros por ela eventualmente pagos;

À exceção de determinação judicial, os pagamentos e/ou créditos originários desta licitação, serão realizados em nome exclusivo da CONTRATADA, ficando estabelecida a inaplicabilidade de sua cessão a terceiros, conforme faculta os Códigos Civis de 2002 em seu artigo 286 e seguintes;

Os SERVIÇOS somente serão recebidos pela SEOB após conclusão, incluindo atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e nos demais documentos que o integram; A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implicará eximir a CONTRATADA das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro e outras legislações aplicáveis.

## **16. CONDIÇÕES DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Todos os SERVIÇOS em desacordo com as especificações técnicas, assim como as falhas e/ou vícios de projetos, construção e serviços de engenharia, verificados no ato do seu recebimento e/ou durante período de análise pela SEOB, de responsabilidade da CONTRATADA, deverão ser refeitos, sem ônus para a Prefeitura.

Neste caso, o prazo para recuperação daquelas falhas será determinado pela SEOB e sua inobservância implicará aplicação das penalidades previstas nesta CONCORRÊNCIA e no CONTRATO; A eventual reprovação dos SERVIÇOS em qualquer fase de sua execução não implicará alteração dos prazos nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

## **17. SUPRESSÕES OU ACRÉSCIMOS**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos SERVIÇOS até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do CONTRATO, atualizado nos termos da Lei 14.133/21;

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no sub-item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes;

Aos serviços novos, deverá ser aplicado o mesmo índice de desconto médio da proposta apresentada pelo Licitante vencedor;

As supressões ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante a elaboração de Termo Aditivo ao instrumento contratual;

Os quantitativos de serviços são uma estimativa realizada pela FISCALIZAÇÃO para atender as diversas demandas de serviços de engenharia que podem ocorrer no período de execução do Contrato dentro do Município da Teolândia.

## **18. CONDIÇÕES GERAIS**

A CONTRATADA não deverá entender que o faturamento mensal obrigatoriamente será o valor dividido pelo prazo do contrato.

O valor mensal a ser medido terá relação direta com os serviços demandados e efetivamente executados;

Qualquer serviço previsto no Contrato deverá ser previamente aprovado pela Fiscalização, antes da execução dos mesmos;

Deverão ser cumpridas pela CONTRATADA todas as disposições decorrentes de leis e de normas regulamentares aplicáveis na execução dos serviços contratados, assim como as últimas versões das Normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas; Durante a execução do Contrato, a CONTRATADA deverá:

- Providenciar junto ao CREA e/ou CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica ART e/ou Registros de Responsabilidade Técnica – RRT referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6496/77, sem qualquer ônus à Prefeitura da Gandu;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.

A Prefeitura Municipal da Teolândia terá acesso irrestrito a qualquer material produzido pela empresa para o cumprimento da contratação norteadas por este Termo, bem como, a quaisquer sistemas digitais porventura utilizados, como os respectivos códigos de acesso.

A CONTRATADA se obriga a manter sigilo sobre informações a ela confiadas em caráter reservado.

Todos os projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a interferência entre os diversos elementos empregados, atendendo às diretrizes do Departamento de Projetos de Obras Públicas e as seguintes diretrizes gerais:

- Utilizar materiais e métodos construtivos adequados aos objetivos do empreendimento e às condições topográficas e geotécnicas do local de implantação;
- Adotar soluções técnicas que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação do empreendimento;
- Adotar materiais, métodos construtivos e soluções técnicas voltadas à economicidade, agilidade da obra, eficiência energética da Edificação e ao consumo sustentável de recursos.

A aprovação formal dos projetos nos diversos órgãos de fiscalização e controle será realizada diretamente pelo Autor do projeto, sob supervisão do Coordenador de Equipe de Projeto, e será de sua responsabilidade a introdução das modificações necessárias à sua aprovação, não gerando custos adicionais para a PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU.

A aprovação do Projeto pela Prefeitura ou pelos Órgãos Competentes não eximirá os autores do Projeto das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais; Para atendimento dos objetivos desta CONCORRÊNCIA, as proponentes não poderão subcontratar outras empresas para a execução dos SERVIÇOS,

## **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

### **CLASSIFICAÇÃO**

Órgão:	10 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Unid. Orcamentária:	1001 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Função:	04 Administração
SubFunção:	122 Administração Geral
Programa:	0002 GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO
Ação:	2005 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E APOIO ADMINISTRATIVO
Natureza de Despesa:	33903900 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica
SubElemento:	33903905 SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
Fonte:	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos

1.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Gandu , 06 de abril de 2026**

**CREA- nº 052233538-1**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **ANEXO II**

### **TERMO DE MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº .../2026; PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GANDU E A EMPRESA .....**

O MUNICÍPIO DE GANDU – Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 14.195.358/0001-21, com sede à Rua Manoel Libânio da Silva, nº 20, Centro, Gandu/BA, CEP 45.450-000, neste ato representado por sua autoridade competente, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa [CONTRATADA], inscrita no CNPJ/MF sob nº [CNPJ], com sede em [endereço completo], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [nome e qualificação do representante legal], conforme atos constitutivos/procuração constantes dos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 106/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 009/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Pública Eletrônica nº \_\_\_\_/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia para elaboração de estudos e projeto executivo de engenharia para pavimentação asfáltica e drenagem da estrada vicinal que liga a sede do município de gandú/ba ao distrito/povoado de água preta, com extensão aproximada de 7,2 km, incluindo levantamentos topográficos, estudos geotécnicos, projeto geométrico, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização, orçamento detalhado, memoriais, peças gráficas e demais elementos técnicos necessários à futura contratação e execução da obra, conforme termo de referência, estudo técnico preliminar, planilha orçamentária, especificações técnicas e normas vigentes.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração de estudos e projeto executivo de engenharia para pavimentação asfáltica e drenagem da estrada vicinal Gandu - Água Preta, incluindo levantamentos, estudos, projetos, orçamento e produtos técnicos correlatos.	Serviços de engenharia	Serviço	1	411.482,90	411.482,90



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**


1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3. O Termo de Referência;

1.3. O Edital da Licitação

1.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ... (.....) meses contados da ordem de serviço inicial, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 411.482,90 (quatrocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e noventa centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

8.1.18.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

8.1.18.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

8.1.18.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

8.1.18.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e

8.1.18.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 9.5. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 9.5. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
  - 9.5. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. ~~Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;~~
- 9.37. ~~Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;~~
- 9.38. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 9.39. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 9.40. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;
- 9.41. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;
- 9.42. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;
- 9.43. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;
- 9.44. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.45. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;
- 9.46. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.47. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:
- 9.47. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- 9.47. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

9.47. florestas plantadas; e

9.47. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.48. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.48. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.48. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.48. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.48. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.49. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.49. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.49. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.49.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.49.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.49.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.49.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

9.49. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.49. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.50. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.50. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.50. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.

9.51. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.52. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.53. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.54. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

### **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

- 13.3. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.8. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 13.8. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 13.8. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.10. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
  - 13.10. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Gandu-Ba., para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **ANEXO III**

#### **CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026.**

#### **MODELO DE CARTA PROPOSTA**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº --/ 2026

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviços técnicos de engenharia a fim de executar estudos e elaboração de projeto executivo de engenharia para pavimentação asfáltica e drenagem da estrada vicinal que liga a sede do Município de Gandu/BA ao Distrito/Povoado de Água Preta, conforme Projeto Básico Anexo ao Edital.

Prezados Senhores, segue abaixo os preços conforme solicitações solicitadas:

Após a análise da documentação da licitação em referência e de seus anexos, propomos executar, sob nossa inteira responsabilidade, o objeto desta Concorrência Pública Eletrônica, conforme descrição abaixo:

- 1) que o valor Global da Proposta será de :R\$ (Por extenso)
- 2) que nos responsabilizamos pela execução dos serviços e pela fiel observância das especificações técnicas (assinada também por técnico legalmente habilitado);

A nossa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação, e o prazo de execução será aquele definido no Termo de Referência, contado da emissão da Ordem de Serviço.

Declaramos que:

- Aceitamos as condições estipuladas neste Edital, no Termo de Referência, na planilha orçamentária e nos demais anexos.
- Ter pleno conhecimento de todos os termos e condições do Edital da presente licitação e aceita, sem ressalvas, as condições nele previstas;
- Serão prestados os serviços, de acordo com as especificações constantes no edital;
- Que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados da Prefeitura Municipal de Gandu e que os mesmos estão aptos a participar desta licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

---

**RAZÃO SOCIAL CNPJ**  
**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E**  
**ASSINATURA**  
**TELFAX**  
**E-MAIL**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU

ESTADO DA BAHIA

## ANEXO IV

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026

### PLANILHA ORÇAMENTO ESTIMATIVO

#### Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
<b>1</b>			<b>ESTUDO</b>					<b>96.517,52</b>	<b>23,46 %</b>
1.1	101457	SINAPI	TÉCNICO EM SONDAGEM COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MES	2	9.016,59	10.850,56	21.701,12	5,27 %
1.4	C0143	SEINFRA	SERVIÇOS DE SONDAGEM GEOTÉCNICA MISTA EM SOLOS	M	150	299,97	360,98	54.147,00	13,16 %
1.5	34.97.04	EMBASA	ENSAIO DE CARACTERIZACAO DO SOLO	UN	20	333,81	401,70	8.034,00	1,95 %
1.6	4682	ORSE	Ensaio - Granulometria por peneiramento	un	20	175,00	210,59	4.211,80	1,02 %
1.7	4684	ORSE	Ensaio - Limite de plasticidade	un	20	175,00	210,59	4.211,80	1,02 %
1.8	4683	ORSE	Ensaio - Limite de liquidez	un	20	175,00	210,59	4.211,80	1,02 %
<b>2</b>			<b>PROJETO EXECUTIVO</b>					<b>314.965,38</b>	<b>76,54 %</b>
2.3	000032	SBC	EQUIPE DE SERVICOS DE TOPOGRAFIA EM OBRA	MES	2	11.979,89	14.416,59	28.833,18	7,01 %
2.4	000102	SBC	PROJETO DE URBANIZACAO DE AREAS	m²	3402,69	69,88	84,09	286.132,20	69,54 %

**Total sem BDI 341.944,63**

**Total do BDI 69.538,27**

**Total Geral 411.482,90**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Modalidade de Licitação <b>CONCORRÊNCIA PÚBLICA</b>	Número ____/2026
--	---------------------

Para fins do disposto no Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026, declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ no \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_ , cumpre os requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte estabelecidos pela Lei Complementar no 123, de 14.12.2002, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2002.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2002, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Gandu-Ba., .....de ..... de 2026.

---

RAZÃO SOCIAL CNPJ  
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E  
ASSINATURA



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **ANEXO VI**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 013/2026.**

### **MODELO DE CREDENCIAL/PROCURAÇÃO**

Credencio o Senhor(a) ..... , (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ..... , devidamente inscrito no Cadastro

de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua

....., nº ..... como meu mandatário, para representar esta empresa, podendo praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente a Concorrência Pública, na forma do Edital de nº \_\_\_\_/2026.

Oportunamente, declaro que a nossa empresa aceita, sem ressalvas, as condições previstas no Edital.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

**RAZÃO SOCIAL**  
**CNPJ**  
**NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E ASSINATURA**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **ANEXO VII**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR**

Modalidade de Licitação <b>CONCORRÊNCIA PÚBLICA</b> Nº	Número ____/2026
--	---------------------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ( x ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Gandu, \_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 2026.

RAZÃO SOCIAL

\_\_\_\_\_  
CNPJ

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL E  
ASSINATURA



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

**ESTADO DA BAHIA**

## **ANEXO VIII**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 013/2026.**

### **MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO**

Eu, ....., representante da empresa

....., CNPJ:.....,

interessado em participar no Processo Licitatório, CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026, da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GANDU, DECLARO, sob as penas da Lei, que inexistente impedimento legal contra esta empresa que impeça de licitar ou contratar com a Administração Pública.

Gandu-Ba, .....de..... de 2026.

---

RAZÃO  
SOCIAL  
CNPJ

NOME DO  
REPRESENTANTE LEGAL E  
ASSINATURA

**Obs.:** Esta declaração deverá ser apresentada após o credenciamento



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU**

## **ESTADO DA BAHIA**

### **ANEXO IX**

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº 013/2026.

### **DECLARAÇÃO DE VISITA**

Declaro para os devidos fins de cumprimento do disposto no EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026, que a empresa \_\_\_\_\_, através do Engº/Arqº \_\_\_\_\_, CREA/CAU/CFT nº \_\_\_\_\_,

\_\_\_\_\_, tomou conhecimento das condições atuais do local onde será executada a obra em epígrafe.

\_\_\_\_\_, .....de ..... de 2026

Responsável pela empresa

---



# PREFEITURA MUNICIPAL DE GANDU

ESTADO DA BAHIA

ANEXO X  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/2026.  
MODELO - DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS  
MODELO - DETALHAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS

DESCRIÇÃO		COM OU SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A			
A1	INSS		
A2	SESI / SESC		
A3	SENAI / SENAC		
A4	INCRA		
A5	SEBRAE		
A6	SALÁRIO EDUCAÇÃO		
A7	SEGURO ACIDENTES DE TRABALHO		
A8	FGTS		
A9	SECONCI		
A	Total dos Encargos Sociais do Grupo "A"	0,00%	0,00%
GRUPO B			
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO		
B2	FERIADOS		
B3	AUXÍLIO - ENFERMIDADE		
B4	13º SALÁRIO		
B5	LICENÇA PATERNIDADE		
B6	FALTAS JUSTIFICADAS		
B7	DIAS DE CHUVA		
B8	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO		
B9	FÉRIAS GOZADAS		
B10	SALÁRIO MATERNIDADE		
B	Total dos Encargos Sociais do Grupo "B"	0,00%	0,00%
GRUPO C			
C1	AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
C2	AVISO PRÉVIO TRABALHADO		
C3	FÉRIAS INDENIZADAS		
C4	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA		
C5	IDENIZAÇÃO ADICIONAL		
C	Total dos Encargos Sociais do Grupo "C"	0,00%	0,00%
GRUPO D			
D1	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE GRUPO B		
D2	REINCIDÊNCIA DE GRUPO A SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO E REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO		
D	Total dos Encargos Sociais do Grupo "D"	0,00%	0,00%
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		0,00%	0,00%

Obs.: As Alíquotas serão preenchidas pela proponente observando a Planilha de Encargos vigente no SINAPI e atendendo as orientações contidas no Acórdão 2622/2013, para empresas enquadradas no simples nacional.